

Guiné Equatorial: política linguística, manutenção e obsolescência das línguas oficiais, étnicas e crioulas em um contexto ibero-africano

Equatorial Guinea: Language Policy, Maintenance and Obsolescence of Official, Ethnic, and Creole Languages in an Ibero-African Context

Gabriel Antunes de Araujo

Universidade de Macau (UM) | Macau | CN

Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo | SP | BR

gabriel.antunes@icloud.com

<https://orcid.org/0000-0001-7337-3391>

Ana Livia Agostinho

Universidade Federal de Santa Catarina

(UFSC) | Florianópolis | SC | BR

a.agostinho@ufsc.br

<https://orcid.org/0000-0002-2395-4961>

Resumo: Na República da Guiné Equatorial (RGE), o espanhol, o francês e o português são línguas oficiais. Além disso, línguas africanas (fang, pichi, bube, fa d'Ambô, entre outras) também são usadas pela população. Mais da metade da população do país tem menos de 20 anos e, com o aumento da migração campo-cidade, as línguas dos diferentes grupos étnicos têm ficado restritas a seus territórios tradicionais, ao passo que o fang, o pichi e o espanhol têm expandido seu uso no dia a dia e se tornado as línguas majoritárias no país, graças, sobretudo, à presença nos centros urbanos e à população jovem. Nosso objetivo aqui é descrever e analisar a situação linguística na RGE, destacando o crescimento do pichi e do fang, a sobrevivência ou obsolescência das demais línguas e o papel das línguas oficiais (o espanhol, o francês e o português).

Palavras-chave: Política linguística; línguas oficiais; contexto ibero-africano; pichi; fang.

Abstract: In the Republic of Equatorial Guinea (REG), Spanish, French, and Portuguese are official languages. Additionally, the population also uses African languages (Fang, Pichi, Bube, Fa d'Ambô, among others). With rural-urban migration increasing, languages of different ethnic groups have been restricted to their traditional territories. Alongside Spanish, in recent years, Fang and Pichi have become the most spoken languages, especially in urban settings by an ever-growing young population. Here, our goal is to



describe and analyze the linguistic situation in the country, the maintenance or obsolescence of REG's languages, and the role of the official languages (Spanish, French, and Portuguese).

Keywords: Language policy and planning; official languages; Afro-Iberian context; Pichi; Fang.

1 Introdução

O objetivo deste texto é descrever e analisar as políticas linguísticas da República da Guiné Equatorial (RGE/GE), um país de língua oficial portuguesa e membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), servindo assim como uma referência sobre a situação linguística do país, uma vez que não há trabalhos com esse intuito na literatura. Os dados sobre as línguas da RGE são fruto de trabalho de campo realizado em Bioko e Ano Bom em 2012 e da pesquisa bibliográfica da literatura disponível.

A RGE está localizada no Golfo da Guiné na África Atlântica. Em um ambiente multi-linguístico, o espanhol (esp)¹ e o francês (fra) possuem status de línguas oficiais, a primeira tendo sido oficializada em 1982 e a última em 1989. Adicionalmente, desde 2010, a RGE é também um país de língua oficial portuguesa (por). Portanto, trata-se do único país de colonização 'ibérica' que possui tanto o espanhol como o português como línguas oficiais. Além disso, são faladas por populações do território outras doze línguas: dez línguas bantu – o fang (fan), o bube (bvb), o kombe (nui), o kwasio (nmg), o seki (syi), o bapuku (bnm), o benga (bng), o lengue (bxc), o iyasa (yko) e o gyele (gyi) – e duas línguas crioulas – o pichi (fpe) e o fa d'Ambô (fab).

O texto está organizado da seguinte forma: depois desta *Introdução*, apresentamos um breve resumo da história colonial da RGE e de seu período pós-independência. Em seguida, detalhamos as políticas para as suas dez línguas étnicas, duas línguas crioulas e três oficiais. Posteriormente, apresentamos nossa discussão e análise. As considerações finais concluem o texto.

2 Contexto sócio-histórico

A RGE é formada por um território continental e um conjunto de ilhas. A parte continental, Mbini, anteriormente conhecida como Rio Muni, faz fronteira ao sul e ao leste com a República do Gabão e, ao norte, com a República de Camarões. Os territórios insulares compreendem a ilha meridional de Ano Bom (ou Pagalu), a ilha setentrional de Bioko (anteriormente conhecida como Fernando Pó) e as ilhas Elobey (Grande e Chico/Pequeno) e Corisco, próximas ao

¹ Utilizamos aqui os códigos ISO 639-3 para cada uma das línguas mencionadas. Disponíveis em https://iso639-3.sil.org/code_tables/639/data.

delta do Rio Muni. Essas ilhas oceânicas, Bioko e Ano Bom, são territorialmente descontínuas e, entre elas, está o território da República Democrática de São Tomé e Príncipe (ver Imagem 1). A ilha de Bioko concentra mais de um quinto da população total do país, de 1,89 milhão (Inege, 2021; Worldbank, 2024 – estimativas).

Imagem 1 – Território da República da Guiné Equatorial (parte continental e ilhas de Bioko e Ano Bom).



Fonte: Cia (2021).

Nominalmente, até 1778, o território da GE pertencia ao Império Português. O início da colonização europeia na região da RGE encontra populações diversas no continente e na Ilha de Bioko. No continente, os portugueses se limitaram à construção de entrepostos para o comércio de escravizados, porém em desvantagem com os já estabelecidos portos de Daomé (ao norte) e de Angola (ao sul). A ilha de Bioko, no período colonial denominada Fernão do Pó ou Fernando Pó, era habitada, na chegada dos colonizadores europeus, pelo povo bube. Todavia, por ser considerada insalubre pelos europeus, a ilha foi tratada como um território menos importante, tanto pelos portugueses, como pelos espanhóis, que assumiram sua soberania *de iure* em 1778. Anteriormente, os portugueses tentaram implantar engenhos de cana-de-açúcar, com pouco sucesso e já sem vestígios de sua presença, no momento da chegada dos espanhóis. Porém, a ilha foi utilizada como entreposto de escravizados, tanto por portugueses, como por holandeses, empurrando a população bube para o seu interior

(Burton, 1992; Sundiata, 2003). O Tratado de El Pardo² (1778, Espanha) pacificou as relações entre o Império Espanhol e o Português, ao finalizar a negociação de territórios e hostilidades em vários pontos da fronteira luso-espanhola *de facto* da América do Sul. De acordo com o Tratado, Portugal cedia à Espanha as ilhas de Fernão do Pó e Ano Bom, bem como o território continental litoral da atual RGE (ou a Costa de los Esclavos), em troca da paz em sua fronteira meridional. Assim, Portugal obtém territórios na América do Sul, consolidando as futuras fronteiras do Brasil. Para os espanhóis, o controle de Fernando Pó, próximo ao Delta do Níger, na atual Nigéria, daria acesso ao mercado de escravos. No entanto, o domínio espanhol na região, após a assinatura do Tratado, foi pouco efetivo, ao ponto de, em 1822, os espanhóis arrendarem a ilha de Fernando Pó ao Império Britânico (Sundiata, 1974). Em 1855, a Espanha retoma a ilha com o fim do *leasing*, e envia ao território, em 1858, o seu primeiro governador, Carlos Chacón (Álvarez-Chillida; Nerín, 2018; Garcia Cantús, 2004; Nerín, 2010a). Mas, sem uma política econômica ou social efetiva, que só surgiria, via missionários, no final do século, a colonização das ilhas é vacilante e a da costa continental, inexistente. Contudo, a inabitada ilha de Ano Bom, descoberta entre 1493 e 1501 e colonizada a partir de 1503, é local de uma

² Tratado de El Pardo (1778, ESPAÑA, s.d.), artigo 13, em português: “Dezejando S. S. M. M. Fidelissima e Catholica promover as Ventagens do Commercio dos Seus respectivos Vassallos, os quaes podem verificar-se no que reciprocamente fizeram de compra, e venda de Negros, sem ligar-se a Contratos, e Assentos prejudiciaes, como os que em outro tempo Se fizeram com as Companhias Portugueza, Franceza, e Ingleza, as quaes foi preciso extinguir, ou anular: Convieram os dous Altos Principes Contratantes, em que para lograr aqueles, e outros fins, e compensar de algum modo as Cessões, restituções, e renunciias feitas pela Coroa de Espanha no Tratado Preliminar de Limites de 1º de Outubro de 1777, cederia S. M. Fidelissima, como de facto tem cedido, e cede por Si, e em Nome de Seus Herdeiros, e Successores à S. M. Catholica, e aos Seos Herdeiros, e Successores na Coroa de Espanha, a Ilha de Anno Bom na Costa d’Africa, com todos os Direitos, Possessões, e Acções, que tem à mesma Ilha, para que desde logo pertença aos Dominios Espanhoes, do proprio modo que até agora tem pertencido aos da Coroa de Portugal: E assim mesmo todo o Direito, e acção, que tem, ou pode ter a Ilha de Fernando do Pó, no Golfo da Guiné, para que os Vassallos da Coroa de Espanha Se possam estabelecer nella, e negociar nos Portos, e Costas opostas à dita Ilha, como São os Portos do Rio Gabão, dos Camarões, de São Domingos, Cabo Formozo, e outros daquele Destricto; Sem que por isso Se embarece, ou estorve o Commercio dos Vassallos de Portugal, particularmente dos das Ilhas do Principe, e de Santo Thomé, que ao prezente vão, e que no futuro forem a negociar na dita Costa, e Portos, comportando-se nelles os Vassallos Portuguezes, e Espanhoes, com a mais perfeita harmonia, Sem que por algum motivo, ou pretexto Se prejudiquem, ou estorvem huns aos outros”.

Em espanhol: “Deseando Sus Majestades Católica y Fidelissima promover las ventajas del comercio de sus respectivos Súbditos, las cuales pueden verificarse en el que reciprocamente hicieron de compra, y venta de Negros, sin ligarse á Contratas, y Asientos perjudiciales, como los que en otro tiempo se hicieron con las Compañias Portuguesa, Francesa, y Inglesa, los cuales fué preciso cortar, ó anular, se han convenido los dos Altos Principes Contrayentes en que para lograr aquellos, y otros fines, y compensar de algun modo las Cesiones, Restituciones, y renunciias hechas por la Corona de España en el Tratado Preliminar de Limites de 1º de Octubre del 1777. cederia S. M. Fida, como de hecho ha cedido, y cede por si, y en nombre de Sus herederos y sucesores a S. M. Católica, y los suyos en la Corona de España la Isla de Anno bon, en la costa de Africa, con todos los Derechos, posesiones, y acciones, que tiene a la misma Isla, para que desde luego pertenesca a los Dominios Españoles del propio modo que hasta ahora ha pertenecido á los de la Corona de Portugal; y asi mismo todo el derecho, y accion que tienes, ó puede tener á la Isla de Fernando del Pó en el Golfo de Guinea, para que los Vassallos de la Corona de España se puedan establecer en ella, y negociar en los Puertos, y Costas opuestas á la dicha Isla, como son los Puertos del Rio Gabaon, de los Camarones, de Sto Domingo, de Cabo Fermoza, y ótros de aquel Distrito, sin que por esso se impida ó estorve el Comercio de los Vassallos de Portugal, particularmente de los de las Islas del Principe, y de Sto Tomé, que al presente van, y que en lo futuro fueren á negociar en dicha Costa, y Puertos, comportandose en ellos los Vassallos Españoles, y Portugueses con la mas perfecta armonia, sin que por algun motivo, ó pretexto se perjudiquen, ó estorven unos á otros.” (Espanña, 1778, art. 13).

experiência colonizatória portuguesa, do ponto de vista agroindustrial, fracassada (Caldeira, 2006). A partir da ilha de São Tomé, escravizados africanos foram levados para a pequena ilha de Ano Bom (de apenas 17,5 km²). No entanto, uma indústria da cana-de-açúcar se mostrou inviável no território, devido a uma série de fatores, entre eles a pouca produtividade, a concorrência com São Tomé e a distância das rotas marítimas. Por fim, com a resistência das populações africanas transplantadas, os habitantes da ilha se isolaram do mundo. A língua levada de São Tomé acabou por se tornar o *fa d'Ambô* (fab). Tanto em Ano Bom, como em Fernando Pó, os colonizadores europeus encontraram feroz resistência dos povos locais, os anobonenses e os bube, respectivamente (Das Neves, 1991). Nesse sentido, Crespi (2010, p. 9) declara que os territórios portugueses repassados à Coroa Espanhola não seriam de fácil colonização, pois 'quedaba en evidencia que Portugal estaba cediendo la posesión de un territorio poco apto para la colonización y habitado por naturales hostiles'³. No continente, a colonização espanhola enfrentaria maiores dificuldades com as políticas dos reinos locais e a impossibilidade de extrair escravizados em grande quantidade, graças aos bloqueios britânicos no Atlântico no século XIX. Assim, somente no biênio 1926-27 que se inicia a colonização da parte continental da GE, após avanços tímidos nas ilhas de Corisco, Elobey Grande e Elobey Chico e no continente, na foz do rio Muni, com o povo benga, em 1843 (Nerín, 2015). Ao longo do século XX, a Espanha consegue desenvolver atividades econômicas de extração de madeira, e produção de cacau e café, principalmente em Fernando Pó, com mão-de-obra assalariada, importada sobretudo do continente. A população de origem europeia, em 1960, não passava dos 3% (Álvarez-Chillida; Nerín, 2018). Os altos custos de produção e a baixa competitividade das atividades econômicas da Colônia faziam com que seus produtos tivessem como destino quase que exclusivamente a Espanha, obrigada a consumir as exportações da Guiné. Ao mesmo tempo, o Governo Central investia na melhoria das condições de vida da população com obras públicas e investimento em educação e saúde. A independência política do território em 1967 resultou na cessão desses investimentos e um forte golpe no desenvolvimento da região, ainda segundo (Álvarez-Chillida; Nerín, 2018).

O modelo de colonização implantado pela ditadura franquista (1936-1975) desde os anos 1930 na GE dividia a população entre três grupos: os espanhóis, os 'emancipados' e os nativos ou indígenas. Aos primeiros eram dados todos os direitos; ao grupo dos emancipados, alguns, mas como cidadãos considerados de segunda-classe. Os nativos, por sua vez, não eram vistos como cidadãos de direito, ficando na base da pirâmide social. Os dois primeiros grupos formavam uma minoria, ao passo que os indígenas eram a maioria, com quase 90% da população. Processos de aculturação, geralmente conduzido pelas missões religiosas (católicas), eram responsáveis por 'emancipar' os indígenas, ou seja, 'civilizá-los'. Poucos

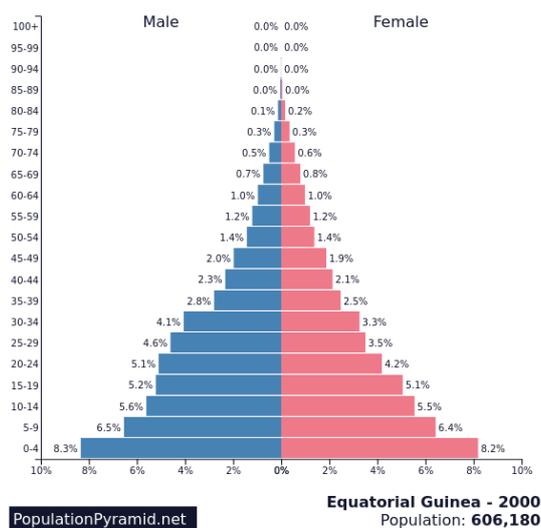
³ Crespi (2010, p. 13, nota de rodapé 19) vai mais além e sugere que o Império Português tenha cometido um estelionato contra o Reino de Espanha: 'Las autoridades portuguesas no brindaron información fidedigna sobre la ubicación y situación de las islas [Ano Bom e Fernando Pó] que decían donar. En la Instrucción Reservada del Tratado del Pardo, por ejemplo, se sitúa inexactamente la latitud de las islas. Además, suponía que Annobon era mayor que Fernando Poo, cuando era a la inversa: 17 km cuadrados contra los 2017 de la segunda. Annobón, que estaba a 400 km de la costa de Gabón, no tenía tierras cultivables, su población era díscola y las corrientes marinas que la rodeaban eran con derrota al Brasil. Difícilmente fuera conveniente para el comercio español. Fernando Poo, si bien estaba cerca de la costa no tenía comunicación directa con la otra isla, siendo forzoso pasar primero por Príncipe y Santo Tomé. Poblada por la etnia bube, se mantuvo durante siglos sin presencia efectiva europea por lo que su colonización se complicaba aún más.'

equato-guineenses tinham acesso ao ensino médio e superior e não foi formada uma classe média com educação técnica, antes da independência, com grande prejuízo para o futuro da jovem nação (Álvarez-Chillida; Nerín, 2018, p. 21-22).

Ademais, a pequena elite que conduziu o processo de independência, cresceu com a cultura fascista do regime franquista, distante dos ideais civilizatórios dos regimes democráticos. Dessa forma, as duas ditaduras pós-independência na Guiné Equatorial, a de Francisco Macías Nguema (1969-1979) e a de seu sobrinho e algoz, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo (1979-época atual), são frutos do modelo franquista, com elementos sincréticos das cartilhas dos ditadores africanos dos últimos cinquenta anos. Macías aterrorizou a Guiné Equatorial com expulsão de estrangeiros, genocídio de opositores (um quinto da população pode ter sido assassinada). Um terço da população emigrou a partir de uma campanha ostensiva de destruição da economia do cacau, banimento das religiões, perseguição a intelectuais e opositores, além de proibições como o uso de sapatos ou acesso a escolas e hospitais (Kenyon, 2018). Obiang, por sua vez, governador da Ilha de Bioko, chefe da polícia política e líder do extermínio de opositores sob Macías, mesmo com a riqueza oriunda da exploração do petróleo, após se tornar presidente perpétuo, mantém a população da RGE em estado de miséria, com péssimos indicadores sociais, apesar da mais alta renda per capita (em 2022, US\$ 8,052) da África (Worldbank, 2024).

De acordo com os dados do Banco Mundial, a expectativa de vida (em 2021) era de 61 anos, metade da população não tinha acesso a água tratada, quatro de cada dez crianças em idade escolar estavam fora da escola, um terço da população não possuía acesso à eletricidade, somente 26% tinham acesso à internet, 80% do orçamento era gasto em obras de infraestrutura (estradas, aeroportos etc.) e menos de 3% era investido em educação e saúde juntos, quase 5% da população convivia com o vírus que causa AIDS (12º em 107 países com dados divulgados), dois terços da população vivia abaixo da linha da pobreza (Worldbank, 2024). Ademais, os dados disponíveis (de 2010) sobre alfabetização indicavam que 97% da população com mais de 15 anos sabia ler e escrever (Worldbank, 2024). Cerca de 26% da população vive na zona rural, contudo 71% da população declara viver da agricultura. Segundo o Censo de 2015, 17,1% da população é estrangeira (Inege, 2021, p. 10). A indústria do petróleo e gás e a construção de infraestrutura tem atraído a maior parte dos estrangeiros. Milhares de jovens do país estão desempregados, e não possuem as qualificações necessárias e sequer têm acesso às informações sobre os empregos. Ao mesmo tempo, devido ao baixo investimento em educação, principalmente técnica e vocacional e à ausência de recursos humanos na área de educação e de administração (gerentes juniores e seniores), o país é obrigado a recorrer à mão-de-obra estrangeira. A pirâmide populacional da RGE, no ano 2000, Imagem 2, representava uma típica situação de um país em vias de desenvolvimento na África: grande população, 50,8% do total, abaixo de 20 anos de idade (De Wulf, 2024).

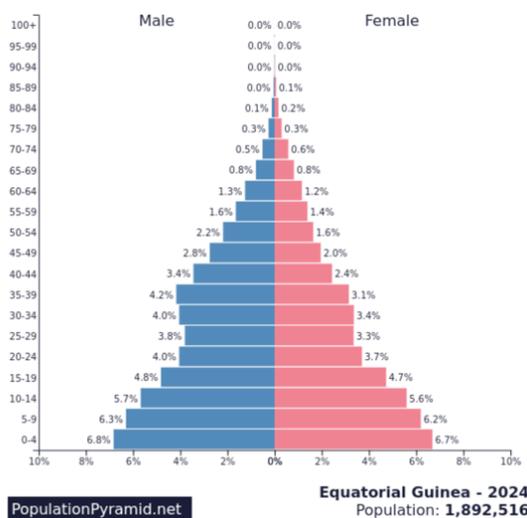
Imagem 2 – Pirâmide populacional da RGE, ano 2000



Fonte: De Wulf (2024).

Já a pirâmide de 2024, Imagem 3, indica um grande número de homens na faixa etária de 20 a 44 anos, idade típica dos trabalhadores estrangeiros que deformam a pirâmide (De Wulf, 2024).

Imagem 3 – Pirâmide populacional da RGE, ano 2024



Fonte: De Wulf (2024)

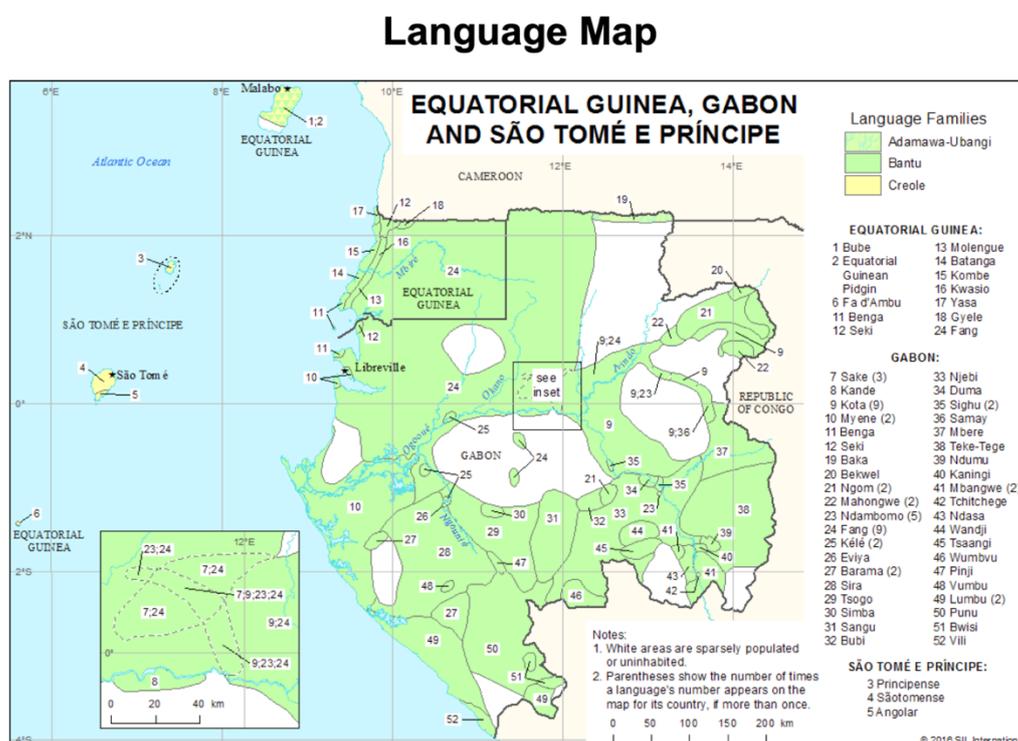
Dessa forma, a história colonial da RGE, associada a seu baixo investimento em educação, terá impacto nas políticas linguísticas do país. Ao mesmo tempo, migração e aumento da população urbana, posto que em 1990, 35% da população vivia nas cidades, ao passo que em 2022, 74% da população de um total de 1,89 milhão de habitantes (cf. Worldbank (2024)) vive nas aglomerações urbanas, ou pelo menos, uma maior migração campo-cidade, também afetam a

transmissão das línguas étnicas (faladas principalmente nas zonas rurais) e os usos linguísticos nas cidades, privilegiando o espanhol e o bubi. Retornaremos a esses pontos na próxima seção.

3 Línguas da Guiné Equatorial

Na RGE, há três grupos distintos de línguas: as línguas étnicas, as línguas crioulas e as línguas oficiais (europeias). No primeiro grupo, temos as línguas faladas por populações que ocupavam, antes da colonização europeia, os territórios de Bioko, o continente e as ilhas próximas à foz do Rio Muni. A ilha de Ano Bom era, antes da chegada dos portugueses, desabitada. As línguas crioulas são faladas principalmente nas ilhas de Bioko e Ano Bom (ver Imagem 4). Por sua vez, na RGE há três línguas europeias oficiais: o espanhol (a língua oficial de facto), o francês e o português⁴. As duas últimas foram oficializadas em 1989 e 2010, respectivamente, embora nenhuma delas apresente uso efetivo em contextos oficiais.

Imagem 4 – Línguas da RGE, segundo o Ethnologue



Fonte: Eberhard; Simons; Fennig, 2022.

⁴ A oficialização do português é mencionada no documento Proyecto de Ley Constitucional (Gobierno-De-Guinea-Ecuatorial, 2010), contudo a Constituição da RGE (Ley Fundamental de Guinea Ecuatorial), cuja última versão foi promulgada em 16 de fevereiro de 2012, em seu artigo 4º trata das línguas oficiais, não menciona explicitamente o português: 'Las lenguas oficiales de la República de Guinea Ecuatorial son em Español, el Francés y las que la Ley determine. Se reconocen las lenguas autóctonas como integrantes de la cultura nacional.' (Gobierno-De-Guinea-Ecuatorial, 2012, p. 4).

Neste trabalho, utilizamos a tipologia de Crystal (2002, p. 19-20)⁵ na qual é necessário considerar alguns fatores indicativos do nível de ameaça linguística, como (i) o número de crianças que adquirem a língua; (ii) as atitudes da comunidade face à língua; e (iii) o grau de impacto de outras línguas na comunidade. Assim, há três níveis de ameaça, fazendo com que as línguas possam ser classificadas como: em segurança, ameaçadas ou extintas. É relevante também considerarmos a nomenclatura de Krauss (1992, p. 4) para as línguas moribundas, que seriam aquelas que não são mais adquiridas pelas crianças como língua materna, ou seja, não há mais a transmissão intergeracional natural. Adicionalmente, é preciso considerar o nível de impacto, por parte de outras línguas, como o espanhol, o fang e o pichi, em diferentes esferas sociais.

3.1 Línguas étnicas

As línguas étnicas são faladas pela população do território e de seu entorno desde antes da chegada dos colonizadores europeus⁶. Com exceção do fang (fan) – língua com cerca de 650 mil falantes nativos –, essas línguas são empregadas por populações relativamente pequenas, variando entre menos de mil e no máximo cem mil falantes. Muitas vezes, são faladas em uma vasta região, porém têm um estatuto minoritário no território, devido à artificialidade das fronteiras na África subsaariana promovidas pela Conferência de Berlin –1884-1885 (Craven, 2015), o que gerou a separação de comunidades falantes de uma mesma língua. Contudo, no caso da RGE, algumas de suas línguas étnicas são limitadas ao território, com exceção do fang, do kombe, do fa d'Ambô e das línguas de origem indo-europeia.

3.1.1 Fang

O fang (fan) é a língua bantu (subgrupo A70) considerada como elemento de unidade nacional, sendo falada por cerca de 80% da população da RGE. A língua é também conhecida como pangwe e possui vários dialetos (fang do sudeste, ntoumou-fang, okak-fang, mekê-fang, mvaïe-fang, atsi-fang, nzaman-fang, nveni-fang). Segundo Eberhard; Simons; Fennig (2022), o fang possui aproximadamente um milhão de falantes L1 e cerca de 35 mil usuários L2. Além da RGE, a língua também é falada no Gabão, nos Camarões e na República do Congo. Não havia falantes de fang nas ilhas de Bioko e Ano Bom até 1930. Contudo, com a migração forçada dos fang para Bioko nos anos de 1930, a situação se alterou um pouco (Bibang Oyee, 1990; Nerín, 2010b). Os dois ditadores, Macías e Obiang, pertencem ao grupo étnico fang (da região continental). No regime de Macías e nos primeiros anos de Obiang, o fang foi, segundo

⁵ Segundo Crystal (2002), os principais fatores indicativos para a classificação de uma língua em processo de extinção são o número de crianças que adquirem a língua como materna, a atitude da comunidade face à língua em questão e, por fim, o grau de impacto de línguas majoritárias na comunidade linguística em questão. O autor define níveis de classificação para as línguas: *segura*, *ameaçada* e *extinta*. Para Crystal (2002), a categoria adicional língua *moribunda* para a língua que não está sendo mais aprendida como língua materna pelas crianças de Krauss (1992, p. 4) captura uma noção que vai além de um mero estágio de ameaça, porque tal classificação, baseada em uma analogia com as espécies de animais que são incapazes de se reproduzir, aborda a característica principal de línguas dessa categoria: a inviabilidade de uma transmissão intergeracional (cf. Agostinho; Bandeira; Araujo, 2016).

⁶ Utilizamos aqui como fonte-base os dados do Ethnologue (Eberhard; Simons; Fennig, 2022), do Glotolog (Hammarström; Forkel; Haspelmath; Bank, 2020) e da classificação das línguas da Guiné Equatorial de Guthrie (Maho, 2009) e Beban; Atindogbe; Domche; Bot (2007).

Nerín (2010b) a língua oficial do país até 1982⁷. Dessa forma, a língua também se beneficia por ser a língua do grupo dominante, o que aumenta seu prestígio.

A primeira descrição do fang foi publicada no final do século XIX por Bates (1899). Bibang Oyee (1990) oferece também uma gramática (científica) do fang, embora o título de seu trabalho (*Curso de lengua fang*) sugira uma gramática pedagógica. Além desses trabalhos, o fang também conta com trabalhos lexicográficos, como Ella (2007), que contém uma lista de palavras fang/francês/inglês e o importante dicionário de Bibang Oyee (2014).

Além de ser uma língua amplamente usada no território, o fang é veiculado nos ambientes familiares e coloquiais, e igualmente empregado em algumas transmissões de rádio. Ao mesmo tempo, é amplamente empregado na literatura oral, no folclore e na música (laica e religiosa), e nos espaços urbanos como *lingua franca*. Nos últimos anos, os Centros Culturales de España da AECID (*Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo*) oferece cursos de língua fang e apoia atividades multimídia dos artistas locais, bem como uma série de atividades inclusivas das comunidades étnicas da RGE, como observado em trabalho de campo. Não há políticas oficiais de promoção do Governo da RGE para a língua fang.

3.1.2 Bube

A língua bube ou bubi (bvb), böbë (autodenominação), também conhecida como bobbe, boobe, bohobé, boombe, adeeyah, edeeyah, adija, ediya e fernandiano é uma língua bantu (subgrupo A31), sendo falada por cerca de cinquenta mil pessoas na RGE, principalmente na ilha de Bioko (Eberhard; Simons; Fennig, 2022). Os bube imigraram do continente para a ilha de Bioko há cerca de dois mil anos⁸ (Gelabert; Ferrando-Bernal; De-Dios; Mattorre *et al.*, 2019). Há uma extensa literatura linguística, que se inicia ainda no século XIX⁹ sobre o povo e a língua bube, como por exemplo, Clarke (1841; 1846; 1848), Juanola (1890), Abad (1928), Aymemi (1928), Rurangwa (1987), os trabalhos de Boleka (1986; 1987; 1991; 2009), entre outros, além de uma série de estudos comparativos pan-bantu nos últimos anos. Segundo Eberhard, Simons e Fennig (2022), a língua ainda possui alguns falantes monolíngues, porém a maioria usa o pichi e o espanhol (sendo que 80% são alfabetizados nessa língua), todos os adultos usam a língua, embora muitos jovens prefiram o pichi e o espanhol, o que coloca um futuro desafiador para o bube. Não há políticas oficiais de promoção do Governo da RGE para a língua bube.

⁷ Gomashie (2019, p. 3) corrobora essa afirmação ao constatar que: “From the period of 1968 to 1979, the use of Spanish was prohibited (...) in favour of Fang but it was still the language of international relations and the judiciary, as it was the only written language while the local languages were of oral tradition.” Adicionalmente, Nistal Rosique (2007, p. 73-74) afirma que o espanhol chegou a ser proibido por Macías, sendo retomado, como língua de instrução em 1979: “En el periodo de once años que va desde 1968 a 1979, se produjo un enorme daño, no sólo a la lengua española sino a todo el sistema educativo nacional. Fue un periodo sangüinario en el que la educación y la cultura en general, y la lengua española en particular, experimentaron un enorme retroceso.” Ademais, somente a Constituição de 1982 viria a oficializar o espanhol como língua do Estado. Igualmente, com o Governo Obiang (1979 até hoje), as escolas voltam a receber alunos, pois o presidente Macías havia banido a educação formal.

⁸ Gelabert *et al.* (2019, p. 1-2) afirmam, citando os estudos de Molino, que ‘it is currently accepted that the Bube agriculturalists arrived from the mainland in dugout canoes about 2000 years ago during the Late Neolithic’. Sobre a expansão bantu, a partir da região continental do Golfo da Guiné, ver Koile *et al.* (2022).

⁹ No século XIX, os trabalhos foram publicados principalmente por missionários, um padrão regular, como nas demais línguas descritas na RGE neste período. Ver o estudo de Castillo-Rodríguez (2015) sobre a linguística missionária em Fernando Pó no século XIX.

3.1.3 Kombe

A língua kombe (nui), também grafada combe, ou ngumbi é uma língua bantu (subgrupo A33b) minoritária, sendo falada por cerca de dezesseis mil pessoas na RGE, principalmente na ilha de Corisco e nas regiões adjacentes da costa, e mais alguns milhares na República dos Camarões. Há relatos segundo os quais a língua ndowe ou ndowé seria um dialeto do kombe (Ecuatorial, 2018, p. 9-10). Embora a língua seja falada por uma população relativamente pequena, possui grande vitalidade e é usada amplamente pela comunidade que, como é o caso comum na RGE, também domina outras línguas como o espanhol, o fang e o pichi (Eberhard; Simons; Fennig, 2022). Além de publicações religiosas como o *Novo Testamento*, há poucos estudos científicos publicados sobre essa língua, dos quais se destacam o dicionário do padre Fernandez (1951), o esboço gramatical publicado no dicionário de Fernandez por Maguga (1951), e os trabalhos de Ikuga Ebombombombe (1973a; 1973b), Elimelech (1976) e Ogouamba (1992). Não há políticas oficiais de promoção do Governo da RGE para a língua kombe.

3.1.4 Kwasio

A língua kwasio (nmg), também conhecida como bujeba, mabea, mabi, magbea, mgoumba, mvumbo, ngumba, ngoumba, ngumba é uma língua bantu (subgrupo A81) minoritária, sendo falada por cerca de quinze mil pessoas na RGE, principalmente no norte da parte continental. Embora relacionadas, trataremos o kwasio como uma língua distinta do gyele-kwola (gyi), falada nas florestas interiores da República do Camarões, pois são consideradas línguas distintas (Eberhard; Simons; Fennig, 2022). Embora a língua kwasio seja falada por uma população relativamente pequena, possui grande vitalidade e é usada amplamente pela comunidade que também domina outras línguas como o espanhol, o fang e o pichi (Eberhard; Simons; Fennig, 2022). Além de publicações religiosas como o *Novo Testamento*, a língua kwasio possui alguns textos de descrição linguística, dos quais se destacam Skolaster (1910), González Echegaray (1960), Massaga (1971), Lemb (1974), Dieu (1976) e Um (2002). Não há políticas oficiais de promoção por parte do Governo da RGE para a língua kombe.

3.1.5 Seki

A língua seki (syi), também conhecida como séki, seke, sheke, sekiana, baseke, baseque é uma língua bantu (subgrupo B21) minoritária, sendo falada por cerca de onze mil pessoas, principalmente na região litoral norte da parte continental da RGE e no litoral extremo norte do Gabão. Há pouca literatura linguística específica sobre o povo seki e sobre sua língua (Eberhard; Simons; Fennig, 2022). O primeiro trabalho sobre a língua é o de Raponda Walker (1916/1917), seguida pela lista de palavras de Trilles (1935) e pelas notas gramaticais de González Echegaray (1959) e descrição da fonologia e morfologia de Ondo-Mébiame (1986). Há também algumas menções à língua em trabalhos comparativos dispersos. A língua se mantém robusta na comunidade, embora haja um uso concomitante ao fang (Eberhard; Simons; Fennig, 2022). Não há nenhuma política oficial do Governo da RGE para a língua seki.

3.1.6 Bapuku

A língua bapuku (bnm), também conhecida como papoko, bapuu, batanga, tanga, noho, banôho, banok, naka e puku é uma língua bantu (subgrupo A32) minoritária, sendo falada por cerca de oito mil pessoas na RGE, principalmente ao longo da costa central da parte continental, e na República de Camarões (Eberhard; Simons; Fennig, 2022). Há uma literatura linguística razoável no século XIX sobre o povo bapuku, como por exemplo, Anonymous (1881), e sobre sua língua (Hammarström; Forkel; Haspelmath; Bank, 2020). Há alguns trabalhos linguísticos específicos sobre a língua, como Adams (1907), Siroma (1980), Kouam (1988), Van Hille (1989) e Kouankem (2003), além de menções em trabalhos pan-bantu. Segundo Eberhard; Simons; Fennig (2022), a língua não possui falantes monolíngues, muitos usam o espanhol (com muitos sendo alfabetizados nessa língua), o fang ou o francês em suas trocas comerciais. Adicionalmente, os autores sugerem que a língua se encontra em um processo de obsolescência, com uma diminuição do número de falantes e, por isso, deve estar ameaçada. Não há políticas oficiais de promoção do Governo da RGE para a língua bapuku.

3.1.7 Benga

A língua benga (bng) é uma língua bantu (subgrupo A34) minoritária, sendo falada por cerca de quatro mil pessoas na RGE, principalmente nas ilhas de Corisco, Elobey Grande e Elobey Chico, bem como nos territórios vizinhos no continente, inclusive no Gabão (Eberhard; Simons; Fennig, 2022). Há uma literatura linguística razoável no século XIX e começo do XX sobre o povo benga, como, por exemplo, Mackey (1855), Good (1879), Salvadó y Cos (1891), Mackey; Nassau (1892), Pérez; Sorinas (1928), entre outros, além de uma série de estudos comparativos pan-bantu nos últimos anos. Segundo Eberhard, Simons e Fennig (2022), a língua não possui falantes monolíngues, muitos usam o espanhol (com a maioria dos alfabetizados nessa língua), além de a língua ser usada majoritariamente pelos idosos, principalmente fora da ilha de Corisco. Adicionalmente, os autores sugerem que a língua está ameaçada de extinção, com uma diminuição do número de falantes. Não há políticas oficiais de promoção do Governo da RGE para a língua benga.

3.1.8 Lengue

A língua lengue (bxc), também conhecida como balengue, molengue, molendji é uma língua bantu (subgrupo B21) minoritária, sendo falada por menos de mil e quinhentas pessoas, principalmente na região de Bata na RGE. Há pouca literatura sobre o povo lengue (Eberhard; Simons; Fennig, 2022; Ecuere Dibomo, 1961) e sobre sua língua (De Granda Gutiérrez, 1984b; González Echegaray, 1959). Segundo Eberhard, Simons e Fennig (2022) a língua está ameaçada de extinção, pois o número de falantes está diminuindo e aparentemente não há usuários de lengue como segunda língua, o que indica o seu pouco prestígio. Além disso, como não há falantes monolíngues, as demais línguas poderosas do entorno (fang e espanhol) pressionam os usuários. Não há políticas oficiais de promoção do Governo da RGE para a língua lengue.

3.1.9 Iyasa

A língua iyasa (yko), também conhecida como bongwe, iyassa, maasa, yasa e yassa é uma língua bantu (subgrupo A33), sendo falada por cerca de mil pessoas na região da vila litoral de Edjabe, na RGE (Eberhard; Simons; Fennig, 2022). Ainda segundo o Ethnologue, a língua é também falada na República de Camarões e no Gabão, por aproximadamente duas mil pessoas. Eberhard, Simons e Fennig (2022) afirmam que a língua se encontra ameaçada de extinção, pois somente alguns jovens a utilizam, embora todos os adultos também o façam. Assim como o gyele, as línguas desse grupo, que também é composto por pigmeus da África Equatorial estão ameaçadas pelas línguas poderosas circundantes. Os primeiros trabalhos linguísticos sobre o iyasa foram publicados por Bot (1992; 1997a; 1997b; 1998), seguido por Bouh Ma Sitna (2004) e, recentemente, por um estudo sociolinguístico sobre a manutenção da língua por Belew (2020). Os estudos disponíveis sobre o iyasa, na maior parte das vezes, se concentram na variedade falada nos Camarões. Não há políticas oficiais de promoção do Governo da RGE para a língua iyasa.

3.1.10 Gyele

A língua gyele (gyi), também conhecida como bagyéli, giele, gieli, gyeli, bagyele, bagiele, bajeli, bajele, bogyeli, bogyel, bondjiel, bako, bekoe, bakuele, bakola, bikoya, babinga, baka, likoya é uma língua bantu (subgrupo A801), que é falada por cerca de cinquenta pessoas (somadas a possivelmente algumas centenas em lugares isolados) na RGE, principalmente nas províncias do litoral e na parte centro-sul do país (Eberhard; Simons; Fennig, 2022). Na República de Camarões, contudo, a variante do gyele conhecida como Ngóló possui entre quatro mil e cinco mil falantes e tem sido objeto de um projeto de documentação (Grimm, 2021; Grimm; Ngue Um; Duke, 2020; Grimm *et al.*, 2009-2017). Grimm (2021, p. 2) afirma que o estilo de vida do povo gyele (tradicionalmente caçadores-coletores) com seus padrões de migração de uma vila para a outra, bem como a ausência de dados demográficos oficiais faz com que seja difícil precisar o tamanho da comunidade. Por fim, 'Gyeli speakers are shifting to the languages of their farmer neighbors, a trend which both fragments Gyeli into different dialects and contributes to the language's endangerment.' (Grimm, 2021, p. 2-3), um padrão cada vez mais comum na região. Eberhard; Simons; Fennig (2022) também sugerem que a língua esteja ameaçada de extinção. Para além dos estudos etnográficos, há uma tímida literatura linguística, que se inicia no último quartil do século XX sobre a língua gyele, como por exemplo, Rénaud (1976) e Borchardt (2012) que, como as já citadas, têm como foco a língua falada nos Camarões ou no Gabão. Não há políticas oficiais de promoção do Governo da RGE para a língua gyele.

3.2 Línguas crioulas

Na RGE são faladas duas línguas crioulas: o fa d'Ambô e o pichi. A primeira é falada principalmente na ilha de Ano Bom, e a última majoritariamente em Bioko, mas também nas áreas mais urbanizadas da parte continental do país.

3.2.1 Fa d'Ambô

A língua fa d'Ambô (fab), também conhecida como fa d'Ambu, annobonense, annobonese, e annobonés, é uma língua crioula lexificada pelo português, sendo falada por cerca de seis mil pessoas na RGE, principalmente nas ilhas de Ano Bom e Bioko (Eberhard; Simons; Fennig, 2022), mas com cerca de 600 pessoas na diáspora anobonesa, principalmente na Espanha (Araújo *et al.*, 2013). A língua é geneticamente relacionada às línguas crioulas autóctones de São Tomé e Príncipe (santome (cri), lung'le (pre) e angolar (aoa)). O espanhol é usado amplamente pela população anobonesa, nos domínios oficiais e educacionais e as taxas de letramento em espanhol são altas. Ainda há, no entanto, alguns falantes monolíngues de fa d'Ambô (Agostinho, 2021). A língua foi inicialmente descrita no século XIX por Vila (1891) e Barrena (1957)¹⁰. Posteriormente, no século XXI, surgiram os trabalhos de Zamora Segorbe (2010), Post (2013), Bandeira (2017), Agostinho; Araújo; Santos (2019), Hagemeyer; Maurer-Cecchini; Zamora Segorbe (2020), Agostinho (2021), além de menções em trabalhos que discutem as características linguísticas dos crioulos lexificados pelo português do Golfo da Guiné. A língua é vigorosa (EGIDS 6a)¹¹ e todos os anoboneses a utilizam em Ano Bom (Agostinho (2021)). A partir do nosso trabalho de campo realizado em 2012, observamos que o fa d'Ambô é considerado um elemento de resistência política e cultural em Ano Bom. Não há políticas oficiais de promoção do Governo da RGE para a língua fa d'Ambô.

3.2.2 Pichi

O pichi (fpe), também conhecido como pichinglis, Fernando Po Creole English, Equatorial Guinean Pidgin, criollo, fernandino, Fernando Po krio e pidgin da Guiné Equatorial, é uma língua crioula lexificada pelo inglês – fortemente baseada no krio (kri), que tem sido levado à Guiné Equatorial por trabalhadores migrantes de Sierra Leoa desde o segundo quartel do século XIX (Fyfe, 1962) –, sendo falada por mais de cem mil pessoas na RGE, principalmente na ilha de Bioko, tanto como primeira, como segunda língua. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o pichi é a segunda opção de falantes de outras línguas da RGE, essas outras línguas também são utilizadas pelos falantes de pichi como primeira língua, além do inglês e do espanhol (Eberhard; Simons; Fennig, 2022). Embora o seu nome seja associado a um pidgin, trata-se de uma língua crioula, uma vez que há falantes de pichi como primeira língua (além de falantes monolíngues) e que é a língua de comunidades específicas e associadas linguística e culturalmente. O pichi é usado amplamente pela população na Ilha de Bioko e, cada vez mais, está presente nas comunidades urbanas do continente, porém afastada dos domínios oficiais e educacionais. No século XX, foram publicados dois dicionários do pichi (De Zarco, 1938; Mangado, 1919) e Yakpo (2009; 2010; 2013; 2019) tem publicado gramáticas da língua em inglês e em espanhol. Como língua urbana, o pichi tem se tornado a principal língua veicular na RGE. A língua é vigorosa e, assim como o fang, tem se tornado uma ameaça às línguas étnicas minoritárias. Não há políticas oficiais de promoção do Governo da RGE para a língua pichi.

¹⁰ O reverendo claretiano Natalio Barrena (1867-1925) elaborou a sua gramática possivelmente no fim do século XIX e começo do XX, embora seu trabalho tenha sido publicado postumamente em 1957.

¹¹ A língua é usada oralmente por todas as gerações, é aprendida pelas crianças e as condições para a oralidade sustentável são atendidas. Para mais informações, ver <https://www.ethnologue.com/methodology/#languageStatus>.

3.3 Línguas europeias

Na RGE, três línguas europeias possuem o estatuto de idioma oficial: o espanhol (oficial desde a constituição de 1982), o francês (desde 1989) e o português (desde 2010). Assim, a RGE é o único país africano que possui três línguas europeias como oficiais. O espanhol (esp) tem sido usado na administração pública desde a metade do século XIX, quando o Reino de Espanha efetivamente passou a controlar o território. O francês (fra) foi oficializado em 1989 com o objetivo de inserir a RGE na área econômica francófona da África Atlântica. Por fim, o português (por) recebeu o status de língua oficial em 2010, como requisito parcial para a admissão da RGE na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

3.3.1 Espanhol

A língua espanhola é uma língua românica falada por mais de um milhão de pessoas na RGE. Contudo, não há consenso sobre o número de falantes de espanhol como primeira língua. Eberhard, Simons e Fennig (2022), citando o Instituto Cervantes, estimam haver 905 mil nativos. No entanto, esse número parece exagerado. De acordo com o quadro 1 do documento *El español: una lengua viva. Informe 2022* (Instituto Cervantes, 2022) há na RGE uma população de 1.454.789 indivíduos (citando dados do *Instituto Nacional de Estadística* da RGE de 2022), dos quais 74%, ou seja, 1.076.544, formariam o ‘grupo de dominio nativo’, ou seja, ‘En el GDN se contabilizan los bilingües como hispanohablantes, pero no los monolingües en otras lenguas’ (Instituto Cervantes, 2022, Cuadro 1, Nota 3), ao passo que 378.245 pessoas (26%) formariam o ‘grupo de competencia limitada’, isto é,

El GCL incluye a los hablantes de español de segunda y tercera generación en comunidades bilingües, a los usuarios de variedades de mezcla bilingües y a las personas extranjeras de lengua materna diferente del español residentes en un país hispanohablante (Instituto Cervantes, 2022, Cuadro 1, Nota 4).

Portanto, segundo o documento, todos os habitantes da RGE seriam falantes de espanhol, nativos ou falantes de segunda língua. Em um país com baixas taxas de eficiência escolar, grande parte do território coberta por florestas, vários grupos étnicos semi-nômades, capacidade reduzida do Estado de oferecer os serviços sociais mínimos, a afirmação do documento do Instituto Cervantes pode estar exagerada. À título de comparação, Nistal Rosique (2007, p. 74), por sua vez, afirma que 74% da população aprende a língua na escola e, portanto, tais pessoas devem ser consideradas falantes de espanhol como segunda língua:

En su artículo incluido en el anuario del Instituto Cervantes *El español en el mundo* 2005, Trinidad Morgades, vicerrectora de la Universidad Nacional de Guinea Ecuatorial, indica que hay tres clases de hablantes de español en el país: los que lo hablan y lo escriben adecuadamente, los que lo han aprendido como segunda lengua y los que necesitan programas de alfabetización. Nosotros añadiríamos que en el primer grupo se incluirían fundamentalmente los mayores de cuarenta años, que porcentualmente supondrían entre un 10 % y un 15 % de la población, mientras que en el segundo grupo estarían la gran mayoría de los hablantes guineoecuatorianos, con un porcentaje que rondaría el 74 %, dejando para el último grupo, el de los hablantes que necesitan programas de alfabetización, entre un 12 % y un 13 % de la población. Nistal Rosique (2007, p. 74, grifos nossos).

Destarte, o espanhol goza de um estatuto importante, é lecionado nas escolas de todos os níveis e está presente na documentação oficial e privada. Apesar de a maior parte da população falar espanhol, 'there is no empirical study or language survey/data which has determined the level of proficiency or the number of monolingual speakers among Equatorial Guineans' (Gomashie, 2019, p. 3). Há vários estudos sobre a variedade espanhola na RGE. Desde 1951, os estudiosos têm destacado as características da variedade equato-guineense e atitudes locais em relação à língua, entre eles, González Echegaray (1951), Castillo Barril (1964; 1969), De Granda Gutiérrez (1984a; 1984b; 1985; 1994, entre outros), Lipski (1985; 2002a; 2002b; 2004; 2007; 2008); (Lipski, 2014), Bibang Oyee (2002; 2014), Chirila (2015), Schlumpf (2016), (Gomashie, 2019), entre tantos outros. Por ser a primeira língua oficial do país, os atos de Estado de Governo, bem como a escolarização e a maior parte da mídia são em espanhol.

3.3.2 Francês

A língua francesa é uma língua românica falada por cerca de trezentos e oitenta mil pessoas na RGE, oficial desde 1998. Gomashie (2019) apresenta as razões para a oficialização do francês:

As a result of Equatorial Guinea seeking closer economic ties with Francophone countries in 1983 and its membership in the Economic Community of Central African States in 1985, French was incorporated, in 1988, in the educational system as a compulsory subject and an official national language in 1997 (Gomashie, 2019, p. 2).

Assim, como uma importante língua no comércio regional com os países de língua oficial francesa da região, e no comércio e atividades quotidianas locais com os imigrantes e trabalhadores migrantes de países da região, bem como segunda língua em várias comunidades linguísticas nacionais cujas línguas se espalham pelo Camarões e Gabão, a língua francesa representa um importante papel de língua franca no território. Igualmente, é ensinada nas escolas primárias e secundárias do país (Eberhard; Simons; Fennig, 2022).

3.3.3 Português

A língua portuguesa é uma língua românica, oficial na RGE desde 2010. A oficialização da língua está ligada ao desejo do Governo Obiang em fazer parte da CPLP. Em 2006, a RGE foi admitida, como membro-observador da CPLP, uma organização internacional multilateral cujo objetivo é promover a cooperação entre os países-membros. Posteriormente, em 2010, o país solicitou à CPLP o status de membro pleno. Para isso, segundo a CPLP, era necessário que a língua portuguesa fosse declarada oficial e que o país provasse uma sólida ligação histórica com a língua portuguesa (Araujo; Agostinho; Christofolletti; Freitas *et al.*, 2013, p. 30, nota 12). De fato, o fa d'Ambô e a religião católica na ilha de Ano Bom são provas incontestes da ligação com o mundo português. Em 2014, a RGE foi aceita como membro pleno. Porém, o português não é efetivamente falado no país, exceto por uma pequena comunidade de imigrantes e expatriados, missionários, funcionários públicos e privados, ligados às embaixadas e às empresas que atuam na região. Embora seja uma língua oficial, há poucas e difusas tentativas de promover o português por parte do Governo da RGE. Igualmente, o português sequer empregado na comunicação oficial. Portanto, trata-se de uma de oficialidade praticamente figurativa.

4 Discussão

A complexidade de se definir os termos ‘política linguística’ e ‘planejamento linguístico’ decorre da natureza das abordagens científicas nos últimos sessenta anos, durante a fundação e desenvolvimento dessas áreas de pesquisa (Tollefson; Pérez-Milans, 2018). De um lado, há as atividades de planejamento e política linguística *top-down*, isto é, os discursos e as práticas dos entes organizados do Estado (ou por ele delegados) para interferir no capital linguístico de uma ou mais de uma língua, fazendo com que essa intervenção tenha impacto (para incorporar ou repelir uma determinada língua) no conceito de nação e nacionalismo, integração política e social dos cidadãos, políticas educacionais de alcance geral, promoção de documentação, produção de materiais didáticos e paradidáticos, escolarização, desenvolvimento econômico e conexão a parceiros, regionais e globais utilizando uma ou mais de uma língua (Bourdieu, 1991). Por outro lado, devemos também considerar as atividades de planejamento e política linguística *bottom-up*, ou seja, aquelas que partem da atuação de indivíduos, famílias, instituições não-governamentais e universidades (sem mandato do Estado para essa função) para promover a documentação e o uso de uma língua em um ambiente, seja essa promoção organizada ou não (Johnson, 2018). Assim, na RGE, podemos observar uma intervenção governamental ao estabelecer suas línguas oficiais (o espanhol, o francês e o português), ora olhando para o passado (o espanhol e seu legado como potência imperialista), ora para o presente (o francês e sua realidade incontestada no tecido político regional e de migração), ora para o futuro (o português como via de acesso a oportunidades econômicas e mercados de um grupo de países), muito embora, na prática, o governo tenha mostrado pouca intenção de intervir, na documentação, na difusão e na promoção das línguas francesa e portuguesa no sistema educacional e cultural como um todo¹². Essa pouca capacidade ou vontade pode ser observada, por exemplo, nos investimentos em educação. Segundo os dados do Banco Mundial, em 2020, a RGE aplicou 1% do seu produto interno bruto na área, ao passo que seus vizinhos, Gabão (2,7%) e Camarões (3,1%) investiram mais (Worldbank, 2020). Igualmente, podemos observar a intervenção e atuação dos falantes ao escolherem usar uma língua, mesmo que essa sofra preconceito e seja alvo da repulsa dos entes do Estado e de membros da sociedade, como é o caso do pichi na RGE (Yakpo, 2011) ou de qualquer uma outra língua não-europeia, muito embora, em geral, as línguas minoritárias possuam prestígio em suas comunidades. Adicionalmente, atividades de legitimação, através de documentação e difusão na mídia (rádio e internet) são cruciais para as línguas marginalizadas. Por fim, há a atuação dos falantes ao privilegiarem uma determinada língua, seja na forma de uma substituição de línguas (*language shift*) ou a resistência linguística ao continuarem a usar línguas marginalizadas.

¹² Portanto, aqui não nos limitamos à definição de Crystal (2008) segundo a qual o planejamento linguístico inclui a documentação das línguas e o desenvolvimento de atos que promovam sua escolha e uso, a preparação de instrumentos como grafia, desenvolvimento de literaturas, apoio a programas educacionais e treinamento de recursos humanos em diferentes níveis para as escolas. Para Johnson (2013), as políticas linguísticas causam impacto na oficialização das línguas, com influências nos sistemas econômicos, políticos e educacionais. Igualmente, a circulação e o capital linguístico de uma língua atuam em mecanismos de poder e empoderamento, levando à atuação, seja de agentes governamentais, seja do indivíduo ou da família/comunidade de fala.

Posto que a RGE possui línguas com menos de cinquenta mil falantes – bube (50 mil), kombe (16 mil), kwasio (15 mil), seki (11 mil), bapuku (8 mil), fa d'Ambô (6 mil), bengá (4 mil), lengue (1,5 mil), iyasa (1 mil) e gyle (menos de 100) – a pressão que essas línguas minoritárias e seus falantes sofrem das línguas francas (fang e pichi), do espanhol e do francês é enorme. Por isso, não é incomum que as pessoas abandonem as suas línguas étnicas, ou seja, deixem de transmiti-las às crianças e optem por outras. Isso acontece quando a viabilidade econômica da região está associada a uma língua, ou no contexto de migração, e/ou quando uma língua mais poderosa se apresenta como viável no ensino, na mídia e nas relações interpessoais. Populações pequenas costumam ser as mais vulneráveis, principalmente quando estiverem em contextos urbanos. Ao mesmo tempo, quando a comunidade perde a confiança na língua, por achar que as gerações mais jovens, em situações de multilinguismo, incorporam muitos elementos, ao ponto de impedir ou atrapalhar a comunicação com os falantes mais idosos, ou até mesmo quando os jovens alegam não ser mais proficientes. Muitas vezes, por ameaça de uso de violência, os adultos forçam os jovens a substituírem a língua étnica minoritária por uma língua majoritária. Por fim, discursos preconceituosos podem ter um efeito negativo na língua, porém, como elemento de resistência, a comunidade pode ser refratária a esses discursos. Na RGE, o pichi tem ampliado o seu número de falantes na capital, apesar de discursos agressivos contra a língua:

Apesar de su gran importancia como lengua de comunidad y lengua franca (inter) nacional, el pichi carece de reconocimiento y apoyo oficial, está conspicuamente ausente del discurso público y de los medios oficiales, y no tiene presencia en la política educativa del país. Por consiguiente, debido a esta particular historia, el pichi epitomiza el rechazo político a las lenguas africanas, no sólo en Guinea Ecuatorial, sino también en África en general (Yakpo, 2011, p. 17-18).

A oficialização de uma língua na RGE não implica, necessariamente, em sua promoção. A oficialização do espanhol na Constituição de 1982 é a exceção, juntamente com o francês, por sua vez, devido ao contexto regional, pois os países circunvizinhos da RGE, Camarões e Gabão, têm a língua como oficial. Ademais, há dezenas de milhares de trabalhadores migrantes e suas famílias falantes de francês no país. Após o término do governo Macías, milhares de equato-guineenses (auto)exilados em países de língua oficial francesa na região retornaram à RGE. Portanto, adotar o francês, além de permitir ao país uma inserção em uma área econômica importante, permite fazer justiça aos usos linguísticos de grande parte da população residente. Finalmente, a oficialização do português pode ser considerada como um capricho diplomático do Governo. Ainda assim, foi a partir da oficialização do português que a pressão da CPLP se fez importante para que a pena capital, como forma de punição do sistema jurídico do país, fosse paulatinamente abandonada.

Incluindo o espanhol e o francês, ambos presentes no sistema escolar da RGE e o primeiro sendo a língua dos atos do Estado e do Governo, a história do planejamento e das políticas linguísticas do país pode ser dividida em quatro fases:

- a. escolarização colonial missionária e, posteriormente, laica, em espanhol
- b. documentação por missionários (até 1950) e linguistas até 1968
- c. documentação por linguistas e organizações não-governamentais pós-1968
- d. escolarização em massa em espanhol; francês (como língua estrangeira)

A fase da escolarização colonial missionária e, posteriormente, laica, em espanhol, se inicia quando o Reino da Espanha começa a colonização, a partir da ilha de Bioko, após a saída dos ingleses. A colonização e a 'aculturação' do território continental só terá início na década de 1930 (Negrín Fajardo, 1993, p. 16). O objetivo da ditadura franquista, ainda segundo Negrín Fajardo (1993), era delegar a tarefa da educação colonial a missionários:

[n]el caso de Guinea, que durante una larga etapa fue prácticamente territorio de control misionero hasta que las autoridades civiles se fueron haciendo paulatinamente con el dominio real de la zona. No obstante, hasta la independencia de Guinea, la influencia de las misiones fue siempre muy importante (Negrín Fajardo, 1993, p. 16).

Na GE colonial, 'la administración con los misioneros a la cabeza, combate con rigor la cultura y tradición bantú y la educación espontánea ancestral.' (Negrín Fajardo, 1993, p. 46). Naturalmente, a maior barreira às políticas educacionais, sejam missionárias, sejam oficiais, era o fato de a população simplesmente não falar espanhol e nem conhecer os rudimentos da 'cultura espanhola'. De qualquer forma, havia conflitos entre os administradores do Governo (que desejavam viabilizar econômica e socialmente a colônia) e os missionário que desejavam 'convertir a los paganos y erradicar la poligamia y la promiscuidad sexual.' Negrín Fajardo (1993, p. 52). A situação de conflito teve fim com a II República espanhola que implementou um ensino laico. O regime de Franco promoveu na GE uma política de aculturação, com avanços na educação básica, bem como na formação de quadros dirigentes locais, segundo os padrões imperiais. Para os locais, essa política representou desvalorização das culturas e línguas do país. Ao mesmo tempo, o regime franquista implanta a transmissão via rádio no país em 1952-3, que serve com um meio para difundir a 'cultura y civilización hispánica' na GE (Negrín Fajardo, 1993, p. 148). Ao lado da educação básica, houve também um forte investimento em escolas de ensino médio e profissionalizantes públicas e algum investimento privado (principalmente religioso). O ensino superior era realizado na metrópole (Pélissier, 1964).

Até 1968, o *Instituto de Estudios Africanos, do Consejo Superior de Investigaciones Científicas*, em Madrid, promoveu a investigação etnográfica e linguística com a publicação de livros e do periódico *Archivo del Instituto de Estudios Africanos*, descontinuada em 1966 (Negrín Fajardo, 1993, p. 13). Com a independência, o trabalho de documentação linguística passa a ser isolado, concentrando-se em dissertações de mestrado, teses de doutorado ou trabalhos de compilação pan-bantu, realizados por pesquisadores em universidades, quase sempre da Europa, dos Estados Unidos ou do Senegal.

Após a independência, há um hiato nas publicações sobre as línguas da RGE. Isso se deve ao carácter isolacionista do governo Macías e, inicialmente, às dificuldades impostas a acadêmicos pelo regime de Obiang. Ao mesmo tempo, a tarefa de fazer trabalho de campo na GE não é simples, com alto custo e riscos inerentes ao trabalho em regiões de extrema pobreza, como acesso à água e à energia, emprego, questões de segurança alimentar, saúde etc. Nos últimos vinte anos, os trabalhos sobre as línguas da RGE se limitam a descrições e análises do espanhol, do pichi, do fang e do fa d'Ambô.

Por fim, apesar de alguns problemas, o governo promove a escolarização em massa em espanhol e do francês, como segunda língua. O *Centro Cultural de España* do Instituto Cervantes, além de promover o espanhol, promove cursos da língua fang. Em 2022, foi inaugurada a Tribuna do Hispanismo Ecuatoguineano, que pretende agregar especialistas no espanhol da RGE¹³. Porém, a documentação e a investigação sobre as demais línguas são realizadas por acadêmicos, de forma isolada, ou simplesmente não são realizadas.

5 Considerações finais

O objetivo desse texto foi descrever e analisar a situação linguística na RGE, fazendo um levantamento das políticas oficiais passadas e presentes, desde a tomada do território pela Espanha, até os dias atuais. A língua do Estado, da mídia e da escolarização é o espanhol. Aprendido na escola, é uma língua dominada pela maior parte da população como língua estrangeira. Assim, o espanhol é a língua nacional no sistema oficial, e o francês é a língua do comércio regional e dos expatriados. Mostramos também que, embora haja três línguas oficiais, o português tem uma existência *in iure*, ou seja, apenas protocolar, pois não há uma comunidade relevante falante de português e as relações econômicas com os países de língua portuguesa são mínimas, mesmo que haja (fisicamente) um país de língua portuguesa, São Tomé e Príncipe, entre as ilhas de Bioko e Ano Bom. Todavia, a pouca relevância de São Tomé e Príncipe no comércio internacional reflete também na sua invisibilidade para a RGE. O francês, por seu turno, é a língua dos países vizinhos Gabão e Camarões, bem como é utilizada pelo crescente número de trabalhadores importados dessas regiões. Assim, o francês se constitui como um importante elemento na economia da região.

Para além dessas línguas oficiais, a sobrevivência ou a obsolescência das demais línguas em suas comunidades de fala está ligada a uma série de fatores. Embora todas as línguas étnicas possuam prestígio em suas comunidades, a manutenção de uma língua depende de outros fatores. Assim, uma língua regional forte, seja no número de falantes, no seu *soft-power*, ou no seu capital linguístico, atua como um fator de desestabilização de uma língua minoritária. Igualmente destacamos, de um lado, o crescimento da língua pichi, principalmente nas aglomerações urbanas como a língua da juventude e dos trabalhadores estrangeiros oriundos de regiões de fala inglesa e, por outro lado, do fang, devido ao tamanho de sua população falante e igualmente por ser a língua do grupo politicamente dominante nos últimos cinquenta anos. Para além da atuação das línguas oficiais, o fang e o pichi têm atraído cada vez mais falantes, por diversas razões. O fang por ser uma língua falada por um grupo étnico numeroso e poderoso politicamente e, o pichi, por ser uma língua urbana de Bioko falada por uma população jovem. Ao mesmo tempo, a incapacidade ou o desinteresse do governo em promover a documentação e a difusão das línguas étnicas contribui para o quadro de ameaça às línguas minoritárias. Dessa forma, não apresentar uma política linguística de promoção das línguas crioulas e étnicas é, em si, uma tomada de posição política. O apagamento dessas línguas no discurso oficial é feito com um propósito político de silenciar a variedade linguística e cultural dos povos. Ao mesmo tempo, a maior ameaça a todas as lín-

¹³ Disponível em https://www.cervantes.es/sobre_instituto_cervantes/prensa/2022/noticias/observatorio-hispanismo-guinea-ecuatorial.htm, acessado em 05/11/2022.

guas faladas na RGE provém da situação econômica da maior parte da população, que vive na extrema pobreza e sem perspectivas. É difícil promover a preservação das línguas maternas quando grande parte da população não tem acesso à água tratada, à energia elétrica e a um sistema de alimentos, a um sistema de saúde e de educação dignos.

Nos últimos anos, o *Centro Cultural de España* até atuado na promoção das línguas minoritárias, principalmente do fang. Ao lado dele, alguns linguistas têm trabalhado na documentação e divulgação dessas línguas, porém com uma sociedade civil não organizada, há pouco ou nenhum instrumento de pressão no país para que o quadro aqui descrito seja modificado e que as línguas étnicas sejam promovidas na RGE. Ademais, os poucos trabalhos sobre essas línguas tendem a ser direcionados à comunidade científica, sem objetivos pedagógicos, com exceção do fang. Por fim, o diagnóstico preciso de Yakpo (2011) para a promoção e documentação das línguas locais não encontrou, infelizmente, acolhida no sistema educacional e na mídia da RGE.

Referências

- ABAD, I. *Elementos de la gramática bubí*. Madrid: Editorial del Corazón de Maria, 1928.
- ADAMS, G. A. Die Sprache der Banôho. *Mittheilungen des Seminars für Orientalische Sprachen*, Berlin, v. 10, p. 34-83, 1907.
- AGOSTINHO, A. L. Fa d'Ambô (Equatorial Guinea). *Language Documentation and Description*, Charlottesville, v.20, p. 123-134, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25894/lidd39>.
- AGOSTINHO, A. L.; ARAUJO, G. A. D.; SANTOS, E. F. D. Interrogative particle and phrasal pitch-accent in polar questions in Fa d'Ambô. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, v.14, n. 3, p. 1-16, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981.81222019000300009>.
- AGOSTINHO, A. L.; BANDEIRA, M.; ARAUJO, G. A. D. O lung'le na educação escolar de São Tomé e Príncipe. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v.55, n. 3, p. 591-618, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/010318135164183401>.
- ÁLVAREZ-CHILLIDA, G.; NERÍN, G. Introducción. Guinea Ecuatorial: el legado de la colonización española. *Ayer*, Valencia, v. 109, n. 1, p. 13-32, 2018. DOI: <https://doi.org/10.55509/ayer/109-2018-01>.
- ANONYMOUS. Notes on the People of Batanga. *The Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, London, v. 10, p. 463-470, 1881. DOI: <https://doi.org/10.2307/2841552>.
- ARAUJO, G. A. D.; AGOSTINHO, A. L.; CHRISTOFOLETTI, A.; FREITAS, S. et al. Fa d'ambô: língua crioula de Ano Bom. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 55, n. 2, p. 25-44, 2013. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v55i2.8637289>.
- AYMEMI, A. *Diccionario español-bubí*. Madrid: Editorial del Corazón de Maria, 1928.
- BANDEIRA, M. *Reconstrução fonológica e lexical do protocrioulo do Golfo da Guiné*. München: Lincom, 2017.
- BARRENA, N. *Gramática anobonesa*. Madrid: Instituto de Estudios Africanos, 1957.
- BATES, G. L. *A Grammar of the FANG language as spoken on the Como and Benito River*. s.l.: [s.n.], 1899. p. 115.

- BEBAN, C. S.; ATINDOGBE, G. G.; DOMCHE, E.; BOT, D. M. L. Classification of the languages of Cameroon and Equatorial Guinea on the basis of lexicostatistics and mutual intelligibility. *African Study Monographs*, l., v. 28, n. 4, p. 181-204, 2007.
- BELEW, A. K. *Sociolinguistic documentation of language shift and maintenance in Iyasa*. 2020. 185 f. Tese (Doutorado em Linguística) — Departamento de Linguística, University of Hawai'i, Mānoa. 2020.
- BIBANG OYEE, J. *Curso de Lengua Fang*. Malabo: Centro Cultural Hispano-Guineano Ediciones, 1990.
- BIBANG OYEE, J. *El Español Guineano—Interferencias, Guineanismos*. Malabo: Julián Bibang Oyee, 2002.
- BIBANG OYEE, J. *Diccionario español-fang / fang-español*. Madrid: ACAL/AECID, 2014.
- BOLEKA, J. B. *Aspectos lingüísticos y sociolingüísticos del bubí del noroeste en relación con el castellano y el francés de los países francófonos del área ecuatorial*. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Escuela de Doctorado, Universidade Complutense de Madrid, 1986.
- BOLEKA, J. B. El aumento o actualizador definido en lengua bubí. *Muntu: revue scientifique et culturelle du CICIBA (Centre International des Civilisations Bantu)*, Libreville, v. 7, p. 179-199, 1987.
- BOLEKA, J. B. *Curso de lengua bubí*. Malabo: Centro Cultural Hispano-Guineano, 1991.
- BOLEKA, J. B. *Diccionario español-bubí = È ribúkku ra balláa bébóbé-lëepanná*. Madrid: Akal, 2009.
- BORCHARDT, N. The verbal system in Gyeli. In: Humboldt-Universität zu Berlin Linguistisches Kolloquium, 2012, Berlin. November 20, 2012. p. 20. Disponível em: <https://www.iaaw.hu-berlin.de/de/afrika/linguistik-und-sprachen/veranstaltungen/afrikalinguistischeskolloquium/papers-wintersemester-2012-13/nadine-borchardt-the-verbal-system-in-gyeli>
- BOT, D. M. L. *Phonologie générative du Yasa*. 1992. 274 f. Dissertação (Mestrado em Língas e Linguística Africanas) — Faculdade de Artes, Letras e Ciências Humanas, Université de Yaoundé I, Yaoundé, 1992.
- BOT, D. M. L. La nominalisation en yasa. *Afrikanistische Arbeitspapiere*, [s.l.], v. 52, p. 19-28, 1997a.
- BOT, D. M. L. Structure syllabique et lois morphémiques du yasa. *Afrikanistische Arbeitspapiere*, Köln, v. 49, p. 31-43, 1997b.
- BOT, D. M. L. Temps verbaux et aspects du Yasa. *Afrikanistische Arbeitspapiere*, Libreville, v. 53, p. 47-65, 1998.
- BOUH MA SITNA, C. L. *Le Syntagme Nominal du Yasa*. 2004. 94 f. Dissertação (Mestrado em Língas e Linguística Africanas) — Faculdade de Artes, Letras e Ciências Humanas, Université de Yaoundé I, Yaoundé, 2004.
- BOURDIEU, P. *Language and symbolic power*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- BURTON, F. R. *Wanderings in West Africa*. Mineola: Dover Publications Inc., 1992.
- CALDEIRA, A. M. Uma ilha quase desconhecida. Notas para a história de Ano Bom. *Studia Africana*, Porto, v. 17, p. 99-109, 2006.
- CASTILLO BARRIL, M. El español en la Guinea Ecuatorial. *Español Actual*, Madrid, v. 3, p. 8-9, 1964.
- CASTILLO BARRIL, M. La influencia de las lenguas nativas en el español de Guinea. *Archivo de Estudios Africanos*, Madrid, v. 20, p. 46-71, 1969.
- CASTILLO-RODRÍGUEZ, S. The first missionary linguistics in Fernando Po: Transliteration and the quest of Spanishness in an Anglicized colony. In: KLAUS, Z. e BIRTE, K.-R. (eds.). *Colonialism*

and *Missionary Linguistics*. Berlin/ München/ Boston: De Gruyter, 2015. p. 75-106. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110403169.75>.

INSTITUTO CERVANTES. El español: una lengua viva. Informe 2022. Madrid, 2022. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_22/informes_ic/p01.htm>

CHIRILA, E. M. *Identidad Lingüística en Guinea Ecuatorial: Diglosia y Actitudes Lingüísticas ante el Español*. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em Línguas Estrangeiras) — Faculdade de Humanidades, Universitat Bergensis, Bergen.

CIA. The World Factbook. Washington, D. C.: [s.n.], 2021.

CLARKE, J. *The Adeeyah vocabulary for the use of schools in Western Africa*. Falmouth, Jamaica: Baptist Mission, 1841.

CLARKE, J. *Sentences in the Fernandian tongue*. Bimbia: Dunfermline Press, 1846.

CLARKE, J. *Introduction to the Fernandian tongue*. Berwick-on-Tweed, D. Cameron, 1848.

CRAVEN, M. Between law and history: the Berlin Conference of 1884-1885 and the logic of free trade. *London Review of International Law*, London, v. 3, n. 1, p. 31-59, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1093/lril/lrv002>.

CRESPI, L. En busca de un enclave esclavista. La expedición colonizadora a las islas de Fernando Poo y Annobon, en el Golfo de Guinea. (1778 – 1782). *Estudios Historicos*, Montevideo, v. 4, p. 1-34, 2010.

CRYSTAL, D. *Language Death*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

CRYSTAL, D. *Dictionary of linguistics and phonetics*. 6 ed. Oxford: Blackwell, 2008.

DAS NEVES, C. A. A reação dos habitantes de Fernando Pó e Ano Bom à dominação estrangeira. *Studia*, [s.l.], v. 50, p. 199-214, 1991.

DE GRANDA GUTIÉRREZ, G. Fenómenos de interferencia fonética del fang sobre el español de Guinea Ecuatorial: consonantismo. *Anuário de Lingüística Hispanica*, Madrid, v. 1, p. 95-114, 1984a.

DE GRANDA GUTIÉRREZ, G. Perfil lingüístico de Guinea Ecuatorial. In: *Homenaje a Luis Flórez: estudios de historia cultural, dialectología, geografía lingüística, sociolingüística, fonética, gramática y lexicografía*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1984b.

DE GRANDA GUTIÉRREZ, G. *Estudios de lingüística afro-románica*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1985.

DE GRANDA GUTIÉRREZ, G. (ed.). *Español de América, español de África y hablas criollas hispánicas*. Madrid: Gredos, 1994.

DE WULF, M. Population Pyramid. 2024. Disponível em: <<https://www.populationpyramid.net>>.

DE ZARCO, M. *Dialecto inglés-africano o broken-english de la colonia española del Golfo de Guinea*. Turnhout: H. Proost, 1938.

DIEU, M. Les consonnes du ngumba: recherche en phonologie générative. *Bulletin de l'ALCAM (Atlas linguistique du Cameroun)*, Yaoundé, v. 1, p. 33-205, 1976.

EBERHARD, D. M.; SIMONS, G. F.; FENNIG, C. D. (ed.). *Ethnologue: Languages of the World*. Twenty-fifth edition. Dallas: SIL International, 2022.

- ECUATORIAL, Guiné. Retos y mecanismos de protección de la cultura ndowé. In: MEMBA, J. (ed.). *Contando Guinea Ecuatorial*. Bata: ASAMA, 2018.
- ECUERE DIBOMO, B. Notas sobre los balengues. *La Guinea Española*, Malabo, v. 57, p. 273-275, 1961.
- ELLA, E. M. *A Theoretical Model for a Fang-French-English Specialized Multi-Volume School Dictionary*. 2007. 333 f. Tese (Doutorado em Literatura (Lexicografia) — Faculdade de Artes e Ciências Sociais, Stellenbosch University, Stellenbosch, 2007.
- ELIMELECH, B. Noun tonology in Kombe. In: HYMAN, L. M. (ed.). *Studies in Bantu tonology*. Los Angeles: Department of Linguistics, University of Southern California, 1976. p. 113-130.
- ESPAÑA, G. D. Tratado del Pardo de 24 de marzo de 1778 entre España y Portugal de amistad, garantía y comercio. Madrid: Secretaría de Estado y del Despacho de Estado (España), s.d.
- FERNANDEZ, G. L. *Diccionario Español-Kômbè*. Madrid: Instituto de Estudios Africanos, 1951.
- FYFE, C. *A history of Sierra Leone*. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- GARCIA CANTÚS, M. A. D. *Fernando Poo: una aventura colonial española en el África occidental, 1778-1900*. 2004. 702p. Tese de Doutorado em História) — Departament d'Història Contemporània, Universitat de València. 2004.
- GELABERT, P.; FERRANDO-BERNAL, M.; DE-DIOS, T.; MATTORRE, B. *et al.* Genome-wide data from the Bubi of Bioko Island clarifies the Atlantic fringe of the Bantu dispersal. *BMC Genomics*, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 179, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12864-019-5529-0>.
- GOBIERNO-DE-GUINEA-ECUATORIAL. Proyecto de Ley Constitucional. 2010.
- GOBIERNO-DE-GUINEA-ECUATORIAL. Ley Fundamental de Guinea Ecuatorial. Malabo: Imprensa del Gobierno Guinea Ecuatorial,
- GOMASHIE, G. A. Language Vitality of Spanish in Equatorial Guinea: Language Use and Attitudes. *Humanities*, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 33, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/h8010033>.
- GONZÁLEZ ECHEGARAY, C. Notas sobre el Español en África Ecuatorial. *Revista de Filología Española*, Madrid, v. 35, p. 106-118, 1951.
- GONZÁLEZ ECHEGARAY, C. *Estudios Guineos*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1959.
- GONZÁLEZ ECHEGARAY, C. *Morfología y Sintaxis de la lengua Bujeba*. Madrid, Instituto de Estudios Africanos, Consejo superior de investigaciones científicas, 1960. 226 p.
- GOOD, A. I. *Dictionary of the English and Benga languages*. New York: Mission House, 1879.
- GRIMM, N. *A grammar of Gyeli*. Berlin: Language Science Press, 2021.
- GRIMM, N.; NGUE UM, E.; DUKE, D. A documentation of the Bagyeli/Bakola forest foragers of Cameroon. Nijmegen: MPI, The Language Archive 2020.
- GRIMM, N.; NGUE UM, E.; LORENZ, C.; DUKE, D. *et al.* Bagyeli/Bakola. : The Language Archive 2009-2017.
- HAGEMEIJER, T.; MAURER-CECCHINI, P.; ZAMORA SEGORBE, A. *A grammar of Fa d'Ambô*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2020.
- HAMMARSTRÖM, H.; FORKEL, R.; HASPELMATH, M.; BANK, S. Glottolog database 4.2.1 (v4.2.1). 2020.

IKUGA EBOMBEBOMBE, A. *Cómo se habla y se escribe el kombe*. Barcelona: Institut Catalunya África, 1973a.

IKUGA EBOMBEBOMBE, A. *Cómo se habla, se escribe y se lee el ndowe*. Barcelona, Institut Catalunya África, 1973b.

INEGE. Censo de Población 2015. Republica da Guine Ecuatorial. Resultados Preliminares. MINISTERIO DE ECONOMIA, P. E. I. P. Malabo: Dirección General de Estadística y Cuentas Nacionales, República da Guine Ecuatorial 2021.

JOHNSON, D. C. *Language Policy*. London: Palgrave Macmillan, 2013.

JOHNSON, D. C. Research Methods in Language Policy and Planning. In: TOLLEFSON, J. W. e PÉREZ-MILANS, M. (eds.). *The Oxford Handbook of Language Policy and Planning*. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 51-70.

JUANOLA, J. *Primer paso á la lengua bubí, ó sea ensayo á una gramática de este idioma*. Madrid: A. Pérez Dubrill, 1890.

KENYON, P. *Dictatorland: The Men Who Stole Africa*. London: Head of Zeus, 2018.

KOILE, E.; GREENHILL, S. J.; BLASI, D. E.; BOUCKAERT, R. *et al.* Phylogeographic analysis of the Bantu language expansion supports a rainforest route. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 119, n. 32, p. e2112853119, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.2112853119>.

KOUAM, G. *Le systeme nominal du banoo*. 1988. 115f. Dissertação (Mestrado em Língas e Linguística Africanas) — Faculdade de Artes, Letras e Ciências Humanas, Université de Yaoundé I, Yaoundé, 1988.

KOUANKEM, C. *Complex Constructions in Bânɔ̀ɔ̀*. 2003. 110 f. Dissertação (Mestrado em Língas e Linguística Africanas) — Faculdade de Artes, Letras e Ciências Humanas, Université de Yaoundé I, Yaoundé, 2003.

KRAUSS, M. The World's Languages in Crisis. *Language*, [s.l.], v. 68, p. 4-10, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1353/lan.1992.0075>.

LEMB, P. *Esquisse phonologique du mvumbò (ngumba)*. 1974. 100 f. Dissertação (Mestrado em Língas e Linguística Africanas) — Faculdade de Artes, Letras e Ciências Humanas, Université de Yaoundé, Yaoundé, 1974.

LIPSKI, J. *The Spanish of Equatorial Guinea*. Tübingen: Max Niemeyer, 1985.

LIPSKI, J. The role of the city in the formation of Spanish American dialect zones. *Arachne@Rutgers: Journal of Iberian and Latin American Literary and Cultural Studies*, New Brunswick, v. 2, n. 1, 2002a. DOI: <https://doi.org/10.14713/arachne.v2i1.21>.

LIPSKI, J. The Spanish of Equatorial Guinea: research on la hispanidad's best-kept secret. *Afro-Hispanic Review*, [s.l.], v. 21, n. 1/2, p. 70-97, 2002b. DOI: <https://www.jstor.org/stable/20641705>.

LIPSKI, J. The Spanish Language of Equatorial Guinea. *Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies*, Phoenix, v. 8, p. 115-130, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1353/hcs.2011.0376>.

LIPSKI, J. *El español de America*. Madrid: Catedra, 2007.

LIPSKI, J. Spanish-Based Creoles in the Caribbean. In: KOUWENBERG, S. e SINGLER, J. V. (ed.). *The Handbook of Pidgin and Creole Studies*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2008. p. 543-564.

- LIPSKI, J. ¿Existe un Dialecto “Ecuatoguineano” del Español? *Revista Iberoamericana*, Pittsburgh, v. 80 p. 865-862, 2014.
- MACKEY, J. L. *A grammar of the Benga language*. New York: Mission House, 1855.
- MACKEY, J. L.; NASSAU, R. H. *Grammar of the Benga-Bantu Language*. New York: American Tract Society, 1892.
- MAGUGA, L. Gramática Kombe. In: *Diccionario español-kômbé*. Madrid: Instituto de Estudios Africanos, 1951. p. 15-88.
- MAHO, J. F. NUGL Online: The online version of the New Updated Guthrie List, Eberga referential classification of the Bantu languages. 2009.
- MANGADO, C. *Dialecto inglés-africano o broken-english de la Guinea Española*. Madrid: Estanislao Maestre, 1919.
- MASSAGA, M. W. *Le dialecte ngumba: essai descriptif*. 1971. 386 f. Tese de Doutorado, Faculté des lettres et sciences humaines, Université de Montpellier, 1971.
- NEGRÍN FAJARDO, O. *Historia de la Educación en Guinea Ecuatorial: el modelo educativo colonial español*. Madrid, UNED, 1993. 269 p.
- NERÍN, G. *Antropófagos, misioneros y guardias civiles*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2010a.
- NERÍN, G. *La última selva de España. Antropófagos, misioneros y guardias civiles. Crónica de la conquista de los fang de la Guinea Española, 1914-1930*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2010b.
- NERÍN, G. *Corisco y el estuario del Muni (1470-1931). Del aislamiento a la globalización y de la globalización a la marginación*. Paris: L'Harmattan, 2015.
- NISTAL ROSIQUE, G. El caso del español en Guinea Ecuatorial. In: *El Español en el Mundo: Anuario del Instituto Cervantes 2007*. Madrid: Instituto Cervantes, 2007. p. 73-76.
- OGOUMBA, P. *Description phonétique et phonologique du kombé*. 1992. Dissertação Mestrado em Mémoire de DEA — Sciences du Langage, Université Lumière Lyon 2, 1992.
- ONDO-MÉBIAME, P. *Esquisse phonologique et morphologique du seki*. 1986. 148f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Université Omar Bongo, 1986.
- PÉLISSIER, R. *Los territorios españoles de África*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1964.
- PÉREZ, G.; SORINAS, L. *Gramática de la lengua Benga*. Madrid: Editorial del Corazón de Mariá, 1928.
- POST, M. Fa d'Ambo. In: MICHAELIS, S. M.; MAURER, P., et al (ed.). *Portuguese-based, Spanish-based, and French-based Languages*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 81-89.
- RAPONDA WALKER, A. Unpublished vocabularies of Sira, Kele, Okande, Njavi, Seke, Benga. 1916/1917.
- RÉNAUD, P. *Description phonologique et éléments du morphologie nominale d'une langue Pygmée du Sud-Cameroun: les BajEle (Bipindi)*. Yaoundé, Direction Générale de la Recherche Scientifique et Technique (DGRST) Institut des Sciences Humaines, 1976.

- RURANGWA, I. M. Enquête linguistique sur le bubi, langue bantu insulaire de Guinée Equatoriale: phonologie et système des classes. In: OBENGA, T. (ed.). *Les peuples bantou: migration, expansions et identité culturelle*. Libreville Paris: Centre International des Civilisations Bantu/L'Harmattan, 1987. p. 77-100.
- SALVADÓ Y COS, F. *Colección de apuntes preliminares sobre la lengua Benga: Ó sea, instrucción a una gramática de este idioma*. Madrid: A. Pérez Dubrull, 1891.
- SCHLUMPF, S. Hacia el Reconocimiento del Español de Guinea Ecuatorial. *Estudios de Lingüística del Español Actual*, Barcelona, v. 37 p. 217-233, 2016.
- SIROMA, J. L. *Esquisse linguistique du bapuku*. 1980. 69 f. Dissertação (Mestrado em em Língas e Linguística Africanas) — Faculdade de Artes, Letras e Ciências Humanas, Université de Yaoundé I, Yaoundé, 1980.
- SKOLASTER, P. H. Die Ngumba-Sprache. *Mitt. des Seminars für orientalische Sprachen*, Berlin, v. 13, p. 73-132, 1910.
- SUNDIATA, I. K. Prelude to Scandal: Liberia and Fernando Po, 1880-1930. *Journal of African History*, London, v.15, n. 1, p. 97-112, 1974. DOI: <https://www.jstor.org/stable/180372>.
- SUNDIATA, I. K. *Brothers and Strangers*. Durnham: Duke UP, 2003.
- TOLLEFSON, J. W.; PÉREZ-MILANS, M. (ed.). *Oxford Handbook of Language Policy and Planning*. New York: Oxford University Press, 2018.
- TRILLES, H., 1935, Bruxelles. *Les Pygmées, leur langue et leur religion*. Imprimerie Médical et Scientifique, 1936.
- UM, E. N. *Morphologie Verbale du Mvùmbò*. 2002. 152f. Dissertação (Mestrado em Língas e Linguística Africanas) — Faculdade de Artes, Letras e Ciências Humanas, Université de Yaoundé, Yaoundé, 2002.
- VAN HILLE, M. *Éléments de description du syntagme nominal en puku, langue bantue de zone A*. 1989. 190 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Royal Museum for Central Africa, Université Libre de Bruxelles, Bruxelles.
- VILA, I. *Elementos de la gramática Ambú o de Annobón*. Madrid: A. Pérez Dubrull, 1891.
- WORLDBANK. Ahorro ajustado: gasto en educación (% del INB) - Equatorial Guinea. 2020.
- WORLDBANK. Equatorial Guinea. 2024.
- YAKPO, K. *A grammar of Pichi*. Berlin, Accra: Isimu Medi, 2009.
- YAKPO, K. *Gramática del Pichi*. Malabo: CEIBA Ediciones/Centros Culturales Españoles de Guinea Ecuatorial, 2010.
- YAKPO, K. Lenguas de Guinea Ecuatorial: de la documentación a la implementación. *Oráfrica*, Barcelona, v. 7, p. 13-28, 2011.
- YAKPO, K. Pichi. In: MICHAELIS, S. M.; MAURER, P., et al (ed.). *English-based and Dutch-based Languages*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 194-205.
- YAKPO, K. *A grammar of Pichi*. Berlin: Language Science Press, 2019.
- ZAMORA SEGORBE, A. *Gramática Descriptiva del fa d'Ambô*. Madrid: 2010. 586 p.